Fadesp
Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa

PREFEITURA MUNICIPAL DE ULIANÓPOLIS

CONCURSO PÚBLICO - PROVA OBJETIVA: 10 de janeiro de 2016

NÍVEL SUPERIOR DE PROFESSOR

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES/ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

_____
Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e cartão-resposta. Caso contrário comunique imediatamente ao fiscal de sala.

2. Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA, destinado à marcação das respostas das questões objetivas.

3. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém a Prova Objetiva com 30 (trinta) questões, sendo 10 de Português, 05 de Legislação, 05 de Meio Ambiente e 10 de Conhecimento Específico. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. **Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 8:00 hs e término às 12:00 hs (horário local)**.

4. Cada questão objetiva apresenta 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C) e (D). Apenas uma responde adequadamente à questão, considerando a numeração de 01 a 30.

5. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre no formulário de Correção de Dados a devida correção.

6. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da prova por, no mínimo, uma hora após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.

7. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO-RESPOSTA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.

8. A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.

9. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO-RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO-RESPOSTA.

10. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO-RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.

11. O CARTÃO-RESPOSTA deverá ser devolvido ao final da sua prova, pois é o único documento válido para o processamento de suas respostas.

12. O candidato só poderá levar o BOLETIM DE QUESTÕES 1 hora (60 minutos) antes do término da prova, caso termine antes, deverá devolver juntamente com o CARTÃO-RESPOSTA.

13. Será automaticamente eliminado do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Ulianópolis o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2015/PMU do referido concurso.

Boa Prova.

PORTUGUÊS

As questões abaixo foram formuladas com base no texto “Conflito é atributo essencial da cidade viva”, de Guilherme Wisnik. Leia-o, com atenção, para assinalar a opção correta.

Conflito é atributo essencial da cidade viva

"O ar da cidade liberta", diz um conhecido provérbio alemão do fim da Idade Média. Depois, no início do século 20, pensadores como Georg Simmel e Walter Benjamin mostraram como a grande cidade, lugar impessoal da massa, é, paradoxalmente, o lugar da individualidade. Pois, no contexto de comunidades pequenas, a liberdade individual está sempre tolhida pelo olhar e julgamento do vizinho. Já na cidade, ao contrário, o sujeito é anônimo na multidão, por isso está livre para ser ele mesmo, isto é, ser outro, aquilo que não se esperaria dele.

A mistura de classes sociais, culturas, línguas, etnias e religiões que se dá na cidade é o melhor antídoto que inventamos até hoje contra a intolerância e os fundamentalismos. Filha e irmã da imigração, a cidade quebra os laços estamentais e a mentalidade paroquial dos clãs, colocando as pessoas em relação imanente e horizontal: moeda, comércio, indivíduo, democracia. O mercado, porém, não coincide com a política. Enquanto o consumo é balizado pelo poder aquisitivo e tende à desigualdade, a política existe para garantir certa equalização na multiplicidade, regulando a expansão do consumo e da desigualdade, assim como uma praça deveria ser lugar que não fosse ocupado pela "casa" ou "nome" de ninguém.

Toda a graça da cidade, por isso, repousa no fato de que ela existe para dar espaço à individualidade, não ao individualismo. Lugar da coletividade, ela se funda sobre as noções de comum e de público. Na cidade, vivemos com uma multidão que não escolhemos. A convivência com esses outros depende da aceitação da diferença como algo estruturante. Aqui está o ponto crucial. A aceitação radical da diferença supõe a empatia, mas não a simpatia nem a recusa. É o que Richard Sennett, em "Juntos", define como conversa dialógica. Uma conversa que não supõe uma concordância total, mas uma gestão orquestrada de conflitos. Como na música, em que a frase em contraponto de um violonista significa um comentário eloquente à frase anterior do pianista.

Daí que o atributo essencial de um espaço público vivo seja o conflito, não a falsa harmonia. Igualmente, o temor da violência urbana, pretensamente protegido atrás de muros e cercas elétricas, o homem aparentemente não enxerga o quanto acaba sendo, ele mesmo, produtor de violência, pois a cidade não pode ser segura apenas para alguns. Sua lição histórica é a de que a defesa do interesse individual não deve ser antagônica a uma visão solidária da coletividade.

Disponível em:<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/04/1620340-guilherme-wisnik-conflito-e-atributo-essencial-da-cidade-viva.shtml>. Acesso em 2 dez. 2015.

1. Considerando as ideias do texto, julgue os itens abaixo.

I Diante da massa, o sujeito, anônimo, é mais livre e consegue ser ele mesmo.

II Nas grandes cidades, é difícil e nociva a convivência entre a impessoalidade e a individualidade.

III O olhar e o julgamento do vizinho inibem a liberdade individual no contexto das comunidades pequenas.

IV No primeiro parágrafo, Guilherme Wisnik recorre a argumentos de autoridade para fortalecer sua argumentação.

As afirmações que contêm interpretações permitidas pelo texto são

(A) II e III.
(B) II e IV.
(C) I, II e III.
(D) I, III e IV.

2. Segundo Guilherme Wisnik, os principais atributos de um espaço público são o (a)
(A) mercado e a política.
(B) desacordo e a diferença.
(C) concordância e a harmonia.
(D) intolerância e o fundamentalismo.

3. Em "o temor da violência urbana, pretensamente protegido atrás de muros e cercas elétricas, o homem aparentemente não enxerga o quanto acaba sendo, ele mesmo, produtor de violência, pois a cidade não pode ser segura apenas para alguns" (l. 28 a 30), há um tom de
(A) ironia.
(B) crítica.
(C) escárnio.
(D) menosprezo.

4. A expressão que melhor sintetiza a visão de "cidade viva" defendida pelo autor é
(A) "temor da violência urbana" (l. 28).
(B) "defesa do interesse individual" (l. 31).
(C) "gestão orquestrada de conflitos" (l. 24).
(D) "expansão do consumo e da desigualdade" (l. 15).

5. Ao afirmar que "A mistura de classes sociais, culturas, línguas, etnias e religiões que se dá na cidade é o melhor antídoto que inventamos até hoje contra a intolerância e os fundamentalismos" (l. 8 a 10), o autor dá a entender que
(A) é necessário descobrir um remédio contra a intolerância e o fundamentalismo.
(B) conviver com a diferença – de toda ordem – nos torna mais flexíveis e liberais.
(C) a mescla de classes sociais, culturas, línguas, etnias e religiões é um veneno que gera intolerância e fundamentalismo.
(D) a reunião de pessoas oriundas de diferentes classes, culturas, etnias e religiões é uma característica das cidades grandes.

6. A sequência em que há palavras que pertencem ao mesmo campo semântico é
(A) empatia, simpatia, recusa.
(B) massa, multidão, coletividade.
(C) moeda, comércio, democracia.
(D) consumo, poder, desigualdade.

7. Releia os fragmentos de texto abaixo:

"está livre para ser ele mesmo, isto é, ser outro" (l. 6 e 7).

"O mercado, porém, não coincide com a política" (l. 12 e 13).

Nos dois trechos, a vírgula foi empregada para
(A) sinalizar a omissão de um termo.
(B) separar um complemento pleonástico antecipado.
(C) assinalar quebra de sequência no pensamento do autor.
(D) isolar segmentos linguísticos cuja função é estabelecer conexões.

8. No que diz respeito à coesão, é **incorreto** afirmar que o (a)
(A) advérbio "depois" (l. 2) é um marcador temporal.
(B) conjunção "pois" (l. 30) introduz uma conclusão.
(C) locução "ao contrário" (l. 6) marca uma relação de oposição.
(D) locução "por isso" (l. 17) estabelece uma relação lógica de causa.

9. A pronominalização como recurso coesivo só **não** ocorre em
(A) “Lugar da coletividade, ela se funda sobre as noções de comum e de público” (l. 18 e 19).
(B) “A aceitação radical da diferença supõe a empatia, mas não a simpatia nem a recusa” (l. 21 e 22).
(C) “Uma conversa que não supõe uma concordância total, mas uma gestão orquestrada de conflitos” (l. 23 e 24).
(D) “Sua lição histórica é a de que a defesa do interesse individual não deve ser antagônica a uma visão solidária da coletividade” (l. 31 e 32).

10. O recurso utilizado pelo autor para caracterizar a cidade está indicado **corretamente** em
(A) “espaço público vivo” (l. 27) → antítese.
(B) “a falsa harmonia” (l. 27 e 28) → pleonasmo.
(C) “filha e irmã da imigração” (l. 10) → metáfora.
(D) “lugar impessoal da massa” (l. 3) → eufemismo.

RASCUNHO

LEGISLAÇÃO

11. Constitui diretriz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o seguinte princípio:
(A) valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.
(B) valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas.
(C) valorização dos profissionais do ensino público, garantidos, na forma de leis orgânicas municipais, planos de carreira para os professores da rede pública e privada, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.
(D) valorização dos professores da educação básica, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público e privado, com teto salarial profissional e ingresso prioritariamente por concurso público de provas e títulos.

12. O regime de colaboração como estratégia da política educacional está previsto tanto na Constituição Federal como no Plano Nacional de Educação. Uma finalidade importante para sua implementação é a seguinte:
(A) vedar a multiplicação de recursos e finalidades na execução da política educacional, já que há cruzamento de informações e glosagem dos recursos investidos.
(B) articular instâncias administrativas diferentes com o objetivo de acelerar o processo de solução dos grandes problemas da educação escolar.
(C) provocar investimento de todos os entes federativos em situações que têm a mesma finalidade, fortalecendo a ação.
(D) consolidar a ação individual de cada um dos entes federados, já que a autonomia constitucional determina ações independentes e fragmentadas entre referidos entes.

13. No regime de colaboração presente em grande parte das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, a função redistributiva e supletiva é exercida pela(o)
(A) Estado.
(B) Município.
(C) União.
(D) Território.

14. De acordo com a lei 13005/14 do Plano Nacional de Educação, a promoção e a articulação das conferências nacionais de educação com as conferências regionais, estaduais e municipais que as precederem compete ao
(A) Ministério da Educação.
(B) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
(C) Conselho Nacional de Educação.
(D) Fórum Nacional de Educação.

15. O Estatuto da Criança e do Adolescente consolida o(a)
(A) Princípio da Prioridade Absoluta de Crianças e Adolescentes.
(B) Doutrina da Situação Irregular.
(C) Princípio Declaratório dos Direitos das Crianças e Adolescentes.
(D) Doutrina do Protagonismo do Menor.

RASCUNHO

MEIO AMBIENTE

16. A atividade antropogênica que mais utiliza o chumbo é a
(A) usina termoelétrica.
(B) indústria metalúrgica.
(C) fabricação de baterias.
(D) incineração de resíduos.

17. Considere, com base na Política Nacional de Meio Ambiente,
I racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
II imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados;
III estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;
IV proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas.

São objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente
(A) I e II.
(B) II e III.
(C) I, II e III.
(D) I, II, III e IV.

18. Com base na Lei Nº 9.605, de 12/02/1998, é correto afirmar que
(A) no caso de multa, a situação econômica do infrator não será observada pela autoridade competente, para a imposição e a gradação da penalidade.
(B) nos crimes ambientais, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação à pena privativa de liberdade superior a três anos.
(C) a reincidência nos crimes de natureza ambiental é circunstância que atenua a pena, quando não constitui ou qualifica o crime.
(D) concorrer para danos à propriedade alheia é circunstância que agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o crime.

19. Com base na Política Nacional de Educação Ambiental, é correto afirmar que a(s)
(A) instituições educativas devem promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem.
(B) abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais é um de seus objetivos.
(C) garantia de democratização das informações ambientais é um de seus princípios.
(D) educação ambiental deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino formal.

20. Analise as afirmativas referentes ao processo de licenciamento ambiental:
I O empreendedor deverá atender à solicitação de esclarecimentos e complementações, formuladas pelo órgão ambiental competente, dentro do prazo máximo de 6 (seis) meses, a contar do recebimento da respectiva notificação;
II O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença, em função das peculiaridades da atividade ou do empreendimento;
III Poderão ser estabelecidos procedimentos simplificados para as atividades e os empreendimentos de pequeno potencial de impacto ambiental;
IV As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, as características e a fase do empreendimento ou da atividade.

São corretas as afirmativas
(A) I e II.
(B) II e III.
(C) II, III e IV.
(D) I, II, III e IV.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

21. A Emenda Constitucional nº 53 alterou o texto da Constituição Federal em seus artigos referentes à educação para adequá-los à nova realidade instituída pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, principalmente no que se refere
(A) à tarefa emergencial exclusiva de instituir escolas de ensino fundamental de tempo integral, inclusive Educação de Jovens e Adultos.
(B) à ampliação dos recursos do fundo a todo estabelecimento de educação básica, excluindo os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
(C) à ampliação dos recursos do fundo a toda a educação básica, incluindo os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
(D) à destinação diferenciada de recursos da União aos municípios com menos de 50.000 habitantes que possuam escolas com Educação de Jovens e Adultos.

22. É correta a seguinte afirmativa sobre a teoria Piagetina:
(A) as crianças possuem um papel coadjuvante na construção de seu conhecimento, de modo que o termo *construtivismo* ganha muito destaque em seu trabalho.
(B) apenas a assimilação vai promover a descoberta e, posteriormente, a construção do conhecimento.
(C) o desenvolvimento cognitivo, que é a base da aprendizagem, se dá pela leitura e pela escrita formais a partir de suas próprias experiências.
(D) o papel do professor é criar situações compatíveis com o nível de desenvolvimento cognitivo do aluno por meio de atividades que o desafiem.

23. O parecer que orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais procura oferecer uma resposta, entre outras na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de propor políticas de reparação, reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade, ou seja, políticas (de)
(A) ações afirmativas.
(B) planejamento racionalizado.
(C) tolerância racial.
(D) Heteronormativas.

24. A Constituição Federal garante à criança e ao adolescente proteção especial e prioridade imediata e absoluta, além de lhes atribuir a condição de
(A) cidadãos aprendizes.
(B) sujeitos de direitos.
(C) menores em condição especial.
(D) Menor cidadão.

25. Os principais pilares da gestão escolar democrática, de acordo com os principais pesquisadores sobre o tema, são
(A) soberania do conselho escolar, proselitismo pedagógico, participação da comunidade e burocracia racionalizada.
(B) burocracia participativa, tecnocracia, controle social e autonomia da gestão escolar.
(C) autonomia pedagógica, intervenção participativa do poder executivo, participação social e racionalidade pedagógica.
(D) autonomia da gestão escolar, a existência de recursos sob controle local, a liderança pelo diretor e participação da comunidade.

RASCUNHO

26. Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente é correto afirmar que
(A) a sua Política de Atendimento tem a preocupação com a proteção dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes por meio, primeiramente, de políticas sociais básicas.
(B) revigora o Código de Menores, ratificando toda uma política repressiva e de caráter assistencialista chamada de Doutrina Jurídica do Menor em situação irregular.
(C) reafirma a visão sistêmica da unicidade metodológica da Ciência Jurídica.
(D) ratifica o paradigma de atendimento baseado em uma assistência disciplinar conforme a política filantrópico-higienista segundo a qual as instituições disciplinares visam a tornar os adolescentes política e economicamente produtivos.

27. Instituem as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica o seguinte:
(A) são considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais, definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização e adaptação curricular, procedimentos didático-pedagógicos e práticas alternativas.
(B) cabe ao conselho escolar, juntamente com a direção técnica, estabelecer normas para o funcionamento das escolas a fim de que estas tenham condições suficientes para elaborar seu projeto pedagógico e possam contar com professores capacitados e especializados.
(C) o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica, mediante avaliação cognitiva prévia como condição de matrícula, para se verificar o grau de suas dificuldades.
(D) o atendimento escolar dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, e assegurará a estes os serviços de educação especial sempre que forem necessários.

28. Um princípio importante na teorização de Wallon sobre o pensamento e a linguagem na criança é o da(o)
(A) acomodação.
(B) assimilação.
(C) contradição.
(D) juízo moral.

29. O desenvolvimento ocorre de fora para dentro e depende de fatores que colaboram para que aconteça. O indivíduo encontra-se inserido em seu espaço sociocultural e, por isso, desenvolve-se de forma gradual, de acordo com
(A) Piaget.
(B) Vygotsky.
(C) Wallon.
(D) Ausubel.

30. Sobre o que está disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação sobre o ensino fundamental, é correto afirmar que
(A) pode ser ofertado na modalidade a distância como oferta regular.
(B) sua duração pode variar entre 8 (oito) e 9 (nove) anos, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade.
(C) será ministrado em *língua portuguesa*, inclusive às comunidades indígenas, que poderão, em momento posterior, adequar a aprendizagem a sua língua materna.
(D) sua duração obrigatória é de 9 (nove) anos, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade.

RASCUNHO